



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Conselho Nacional de Recursos Hídricos

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
MOÇÃO Nº xx, DE xx DE setembro DE 2015
(Publicado no D.O.U de x.xx.xxxx)

Aprova moção ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para que sejam mantidos o não contingenciamento dos recursos da cobrança, previstos na lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998, e a fonte de recursos 183 (Pagamento pelo uso dos recursos hídricos) que compõem a Lei Orçamentária Anual e são essenciais para o funcionamento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH, no uso das competências que lhe são conferidas pelas Leis nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e 9.984, de 17 de julho de 2000, e 12.334, de 20 setembro de 2010, pelo Decreto nº 4.613, de 11 de março de 2003, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, anexo à Portaria MMA nº 437, de 08 de novembro de 2013, e

Considerando os fundamentos e objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos, instituídos pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997;

Considerando o posicionamento desse CNRH disposto na Moção nº 53, de 10 de junho de 2010; Considerando a regulamentação disposta no Decreto nº 7.402 de 22 de dezembro de 2010, que define que a parcela referida no inciso II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, constitui cobrança pelo uso de recursos hídricos;

Considerando a alteração do texto realizada no Anexo III da PLDO-2016, que não considera a regulamentação do Decreto nº 7.402, de 22 de dezembro de 2010;

Considerando os avanços alcançados com a aplicação dos recursos oriundos da cobrança para o fortalecimento do SINGREH e a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos;

Considerando o cenário corrente de escassez de recursos hídricos e a possibilidade de agravamento em função de previsões climáticas, resolve:

Aprovar Moção dirigida ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão solicitando que sejam mantidos o não contingenciamento dos recursos da cobrança, previsto na lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998, e a fonte de recursos 183 (Pagamento pelo uso dos recursos hídricos) que compõem a Lei Orçamentária Anual e são essenciais para o funcionamento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

IZABELLA TEIXEIRA
Presidente

MARCELO JORGE MEDEIROS
Secretário Executivo